

O DESMONTE DO ESTADO BRASILEIRO: Desafios da conjuntura.

Grupo de Análise de Conjuntura – CNBB¹
Conselho Permanente – 16 de junho de 2021

1. INTRODUÇÃO

O desmonte do ainda incipiente estado do bem-estar social brasileiro é tema central nesta análise de conjuntura porque sintetiza uma ideia força do quadro crítico que atravessa o país, agravado pela pandemia do coronavírus. Contempla-se neste ensaio aspectos econômicos, ambientais, sociais, da reforma eleitoral, da CPI da Covid-19, da violência estatal e identificam-se desafios pastorais.

A escuta e as observações feitas no Grupo de Análise de Conjuntura da CNBB enfatizaram a preocupação com a democracia como um elemento importante no atual contexto. Ao lado do esforço metodológico foi acrescido o recurso de cenários.

2. O DESMONTE DO ESTADO DEMOCRÁTICO E DE DIREITOS

O contexto institucional e político é de antagonismos corporativos, morais, culturais e ideológicos que se espalham em todo o social, exigindo muita articulação para que o quadro “ultraconsensual” do modelo político brasileiro funcione. Assim, a habilidade de articulação e enfrentamento dos problemas, fundamental outrora, foi substituída por um cenário de colisão entre setores e agudização das crises, tanto na forma de cortina de fumaça para “passar a boiada”, quanto para manter aquecida a disputa política.

São dois os cenários possíveis para o desenrolar do atual governo. Destaque-se que estes cenários não são excludentes e podem estar associados, como parte de uma estratégia múltipla, de um jogo do atual Presidente da República e da dinâmica política brasileira.

2.1. CENÁRIO 1. Bolsonaro aposta na reeleição.

O calor da disputa eleitoral, com várias frases de efeito “antissistema” e o debate sobre o *status quo* político, não acabou para Bolsonaro e seu núcleo duro. Nesse contexto, ele busca reforçar sua base de adeptos, que apostam no resgate de temas da campanha, dentre eles: (i) o populismo do presidente; (ii) a aposta em radicalizar o rumo de seu governo, com mão firme e engatilhada contra as “instituições”, especialmente o STF, os governadores e a mídia, além dos partidos e do sistema político supostamente corrompido e incapaz de fazer frente aos desafios do país; (iii) o círculo militar centralizando o poder e não permitindo que concessões sejam feitas; (iv) afirmações absurdas que representam suas reais preferências; e (v) a venda de um projeto em que será dado um “cavalo de pau”

na economia, na pandemia e nas pressões econômicas, diante das hesitações de Paulo Guedes, fazendo do Brasil um país exemplo para o mundo.

2.2. CENÁRIO 2. Autoritarismo por meio do populismo.

A política tradicional e suas instituições serão enfrentadas como forma de realizar as promessas de Jair Bolsonaro. De forma simultânea, e se não der certo o projeto de reeleição, Bolsonaro vai procurar o seu “6 de janeiro”, data da invasão ao Capitólio por seu amigo imaginário, Donald Trump. E pode, ao invés daquele episódio, ter maior organização e mais “tropas” a seu favor. O país tem larga experiência nessa direção e boa tradição jurídica à qual recorrer. Além disso, com o crescimento de uma parcela dos militares e da milicianização da política, poderemos ter muita agitação antes, durante e depois das eleições de 2022.

O *modus operandi* da ditadura civil-militar que se instalou no Brasil a partir de 1964 não se repetirá. Mas será um projeto de governo pela força, sempre buscando algum grau de legitimação processual, com uma tecnologia legal, que podemos chamar de legalidade autoritária, e um apoio “popular”, por meio do medo, do ódio e do desencanto com a política.

No Brasil, o autoritarismo sempre se vendeu como uma força modernizante, dizendo-se capaz de realizar as reformas que a política democrática seria incapaz de fazer. Se adotarmos uma escala evolutiva, Vargas foi o nosso primeiro ditador a se apresentar dessa forma, quando instituiu o Estado Novo em 1937, com o apoio dos militares. Sua ditadura foi unipessoal e praticamente anulou a elite política civil do país no período. Em 1964 foram os próprios militares que assumiram o poder, mas não tiveram força para monopolizar o espaço da política, uma vez que àquela altura já contávamos com um sistema político pluralista, um federalismo descentralizado e uma sociedade e economia mais complexas. Apesar desses traços distintivos e de contar com uma base de sustentação civil, a repressão foi a arma utilizada contra a oposição, mediante tortura e assassinatos.

Com a redemocratização, ainda inconclusa, a nossa sociedade autoritária vive dentro da nossa sociedade democrática. E da mesma forma no Estado. A dicotomia autoritária-democrática é uma questão de barreiras. O papel das instituições é de funcionar como as barras das celas que impedem que o autoritarismo social e estatal transborde. No caso brasileiro, como em outros países, o regime democrático vem se esfarelando desde 2014. É algo nitidamente perceptível. Que o autoritarismo legal ressurge pelas mãos dos homens de leis é outro sinal aparente. Que militares já detenham posições estratégicas no regime atual, dirigem diversas instituições públicas e ocupam lugar destacar no núcleo central do governo Bolsonaro também é algo sabido. No limite de uma escalada autoritária, Bolsonaro teria que confirmar as afirmações que fez: de que pelo voto não se muda nada neste país. Superadas as instituições, o populismo assume a relação direta entre líder e liderados.

Há, entretanto, alguns obstáculos. O (i) primeiro, é saber se a população, a opinião pública e os partidos de oposição terão força razoável para organizar resistência contra as medidas de cunho autoritário; (ii) haverá forte pressão internacional contra o fechamento

do regime; (iii) terceiro e mais importante, é pouco provável que as instituições independentes se curvem ao arbítrio de Bolsonaro. Embora nossas elites tenham contribuído para esse estado de coisas e haja fonte da qual extrair a tecnologia para uma legalidade autoritária, é improvável que Judiciário, Ministério Público, Defensorias Públicas e outros órgãos de controle se curvem, como instituições, ao autoritarismo institucional, muito menos organismos como a CNBB, a OAB, a imprensa e demais organizações da sociedade civil.

Bolsonaro continua cada vez mais ativo nas redes sociais e os grupos de *Whatsapp* continuarão escoando mensagens de ódio e manipulação. A indústria de *fake news* que alimentou sua campanha continuará no jogo antidemocrático.

3. O DESMONTE DO ESTADO E SUAS CONSEQUÊNCIAS NA PROTEÇÃO AOS DIREITOS SOCIAIS E AMBIENTAIS

O pensamento neoliberal buscou a configuração de um estado mínimo. No entanto, como pode ser visto em quase todos os países, os gastos públicos, como proporção do PIB, vêm crescendo constantemente desde os anos 1990,² identificando que o avanço do neoliberalismo na ação dos Estados busca não somente a redução da participação deste como agente produtor, mas a ampliação de sua atuação como propulsor da acumulação do capital, gastando, sempre que necessário, para a expansão do capital privado.

Assim, segmentos que em um modelo de Estado do Bem-Estar caberiam ao setor público passaram a ser objeto da acumulação do capital ou deixam desprotegida camadas importantes da sociedade.

Em 2020 esses cortes não tiveram um impacto social maior devido ao auxílio emergencial adotado para permitir a manutenção da renda e, com ele, da própria economia, em meio à pandemia da Covid-19.

Na própria organização do governo federal se observa também o desmonte – não apenas no financiamento, mas na capacidade operativa do Estado – na medida em que vários Ministérios são assumidos por pessoas sem capacitação para o posto, pouco conhecendo dos assuntos da pasta ocupada. Contudo, são quadros que defendem fortemente uma visão neoliberal segundo a qual todas as atividades da vida social devem se submeter à acumulação privada do capital. Frente à necessidade de um Estado forte, guardião do direito privado à exploração do capital,³ o atual governo vem gradativamente ampliando a participação militar na gestão do setor público federal.

Um exemplo é o alerta da UFRJ, responsável por um dos hospitais universitários que vem tratando pacientes acometidos por Covid-19, a qual tem também importantes laboratórios de pesquisas, para não dizer de tudo o mais que as universidades representam em termos de ciência e formação acadêmica em todas as áreas, podem fechar por falta de orçamento.

Por sua vez, um dos problemas sociais mais graves é a questão da distribuição de renda, quesito em que o Brasil sobressai com uma das piores distribuições observadas em todo o mundo, e que resiste mesmo depois da redemocratização do país.⁴ No entanto, a péssima distribuição de renda no país decorre essencialmente da concentração da riqueza

patrimonial existente. Os diferenciais de renda derivada do salário são muito menos preocupantes que os diferenciais de renda obtida a partir das diversas formas de patrimônio. No Brasil, possuir rendimentos familiares per capita superiores a 11.262 reais,⁵ coloca o cidadão na chamada classe “A”, de maior renda, perfazendo aproximadamente 5% das famílias brasileiras. No entanto, a concentração da apropriação da renda dentro desse grupo se acentua quanto maior for a renda, uma vez que os rendimentos derivados da propriedade, como lucros, juros, aluguéis e a própria valorização do patrimônio (imóveis, ações *etc.*), são muito maiores que os provenientes do trabalho assalariado e limitados a poucos. O desmonte da proteção social e ambiental do Estado, transferindo as atividades para o setor privado, só conduzirá a uma piora substancial do quadro distributivo no país.

Vamos aprofundar nos próximos pontos aspectos da conjuntura econômica, contemplando um olhar sobre o desmonte das políticas ambientais e de segurança pública para aprofundarmos o desmonte do estado no âmbito dos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais.

3.1 A desigualdade social se aprofunda numa economia hegemonizada pelo setor financeiro

Enquanto o governo alega falta de recursos para as áreas essenciais, os mecanismos operados pelo Banco Central,⁶ que alimentam o Sistema da Dívida, garantem privilégios aos bancos, que seguem batendo recorde de lucros em plena pandemia, e ainda disfarçam grande parte desses lucros nas provisões gigantescas.

Devido principalmente a remuneração da sobra de caixa dos bancos pelo Banco Central,⁷ os juros de mercado praticados no Brasil são elevadíssimos, o que tem levado inúmeras pequenas, médias e até grandes empresas a fecharem as portas, empurrando milhões de pessoas ao desemprego e ao desespero. Em vez de interromper esse mecanismo que foi o principal responsável pela crise fabricada a partir de 2014,⁸ o Congresso Nacional aprovou o PLP 19/2019,⁹ tornando o Banco Central um órgão “independente” do Estado, sem tutela ou supervisão alguma por parte de qualquer outro ministério ou poder, livre para seguir com sua própria política monetária.¹⁰

Em seu relatório divulgado em outubro/2020,¹¹ o Banco Central listou as medidas de auxílio aos bancos, anunciadas desde março/2020. As cifras de trilhões geram um misto de humilhação e revolta, se comparadas com os valores destinados aos gastos sociais e ao auxílio emergencial.¹²

Apesar dos trilhões liberados pelo Banco Central aos bancos, estes, na prática, se negaram a emprestar às empresas¹³ e aprofundaram ainda mais a crise econômica durante a pandemia.¹⁴

Com a alta do dólar, o agronegócio preferiu aumentar seus lucros com a exportação de carnes, arroz *etc.*, deixando o povo brasileiro na escassez desses produtos, que se tornaram muito mais caros. É importante citar que esse aumento dos preços de alimentos provocado pelas políticas agrícola e agrária completamente equivocadas, juntamente com a elevação do preço de combustíveis em decorrência da política de preços

da Petrobras¹⁵ têm provocado inflação no Brasil, retirando o poder de compra das famílias.

Diante disso, qual é a lógica do aumento dos juros pelo Banco Central sob a justificativa de controlar inflação? Não há menor lógica, pois o aumento dos juros não fará esses preços, que têm produzido inflação, reduzirem. Trata-se de mais um meio de extração e transferência de renda dos mais pobres para o setor financeiro.

Num país de enormes desigualdades sociais, a pandemia as reforçou. E parte desse reforço vem do impacto da pandemia sobre as atividades econômicas – que amplia a crise preexistente – e em especial no nível e nas condições do emprego. A elevação do desemprego (a taxa de desemprego passou dos já elevados 11,6% em fevereiro de 2020 para 14,4% em fevereiro de 2021. Em paralelo, em contexto de flexibilização das relações de trabalho apoiadas na recente reforma trabalhista avança. A informalidade cresce e a subutilização da força de trabalho atinge o elevado patamar de 28% em 2020 para a média nacional, sendo que supera os 40% em vários estados, em especial do Nordeste, como o Piauí (46%), Alagoas e Maranhão (45%).

Associado a isso, o rendimento real do trabalho declina fortemente: cresceu 2% em fevereiro de 2020, mas começou a declinar no contexto da pandemia, com taxas cada vez mais negativas, chegando a queda de 5,5% em fevereiro de 2021. A aceleração da inflação também atinge sobretudo as famílias de menor poder aquisitivo, ao mesmo tempo em que o Brasil retorna ao Mapa da Fome (19 milhões de pessoas em insegurança alimentar grave e 119 milhões em situação de insegurança alimentar, em 2020).

3.2 As agressões ao meio ambiente

5

A encíclica *Laudato Si'*, do Papa Francisco, publicada em junho de 2015, tem contribuído para estimular reflexões, questionamentos e mudanças em prol da sustentabilidade socioambiental. O documento do sumo pontífice enfatiza, entre outros aspectos, que não se pode “enfrentar a degradação ambiental, se não prestarmos atenção às causas que têm a ver com a degradação humana e social. É fundamental buscar soluções integrais para os sistemas naturais e sociais, pois não há uma crise ambiental e outra social, mas uma única e complexa crise socioambiental”.¹⁶

O governo Bolsonaro encontrou uma conformação política de desmonte do Estado no controle do meio ambiente e no Poder Legislativo do país. Muitas propostas de alteração do marco legal na área encontram-se em apreciação nas duas casas.

Uma das principais bandeiras da bancada ruralista, a **Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215/2000**, transfere do governo federal para o Congresso a atribuição de regularizar as Terras Indígenas, Territórios Quilombolas e Unidades de Conservação. Hoje se encontra em uma Comissão Especial na Câmara. Apesar da metade dos senadores assinar manifesto contra a Proposta de Emenda Constitucional 215, em 26/05/2021,¹⁷ é esperado que a Câmara dos Deputados paralise a tramitação dessa PEC, que é recusada pela maioria dos senadores.

No entanto, o **Projeto de Lei 3729/2004**, após 17 anos de tramitação, encontrando terreno favorável na organização política atual da Câmara Federal, foi aprovado por ela em 13/05/2021, por 300 votos a 122 contra. O PL 3729 aprovado dispensa a licença

ambiental para 13 atividades que podem gerar impactos negativos ao meio ambiente, como a agricultura, a pecuária (com exceção da intensiva de médio e grande porte), a silvicultura, obras de instalação de redes de água e esgoto, manutenção de estradas e portos, redes de distribuição de energia, atividades militares e obras emergenciais de infraestrutura, além de obras consideradas de porte insignificante (sem definição do que seja insignificante). Para agravar ainda mais o ataque ao meio ambiente, o PL permite que obras de baixo e médio risco ambiental, inclusive mineração, possam ser aprovadas por meio de Licença por Adesão e Compromisso (LAC), ou como afirma Maurício Guetta, consultor jurídico do Instituto Socioambiental (ISA), “um licenciamento auto declaratório, sem a análise prévia do órgão ambiental, e emitido automaticamente a partir de informações preenchidas pelo próprio empreendedor”.¹⁸ O novo marco legal para os licenciamentos ambientais também delimita a atuação de órgãos como o Iphan, ICMBio e Incra e fixa prazos para as respostas aos processos e “confere autonomia para que os estados e municípios adotem procedimentos próprios para a concessão de licenças”. Segundo Mauricio Correia, da Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais (AATR) e integrante da Campanha Nacional em Defesa do Cerrado, o PL 3729 praticamente torna o licenciamento ambiental em exceção ao invés de uma regra.¹⁹ Na prática, flexibilizar o licenciamento, buscando transferir ao empreendedor eventuais ônus, efetivamente elimina a atuação preventiva, exercida pelos órgãos públicos, para legar ao meio ambiente futuras ações, na melhor das hipóteses, de natureza reparadoras. Ao ser encaminhada ao Senado, o vice-presidente do Senado, Veneziano Vital do Rêgo, do MDB da Paraíba, apresentou pedido de audiência pública na Comissão de Meio Ambiente, por considerar que dada a complexidade da questão envolvida, a matéria não pode ir para a votação direta no Plenário.

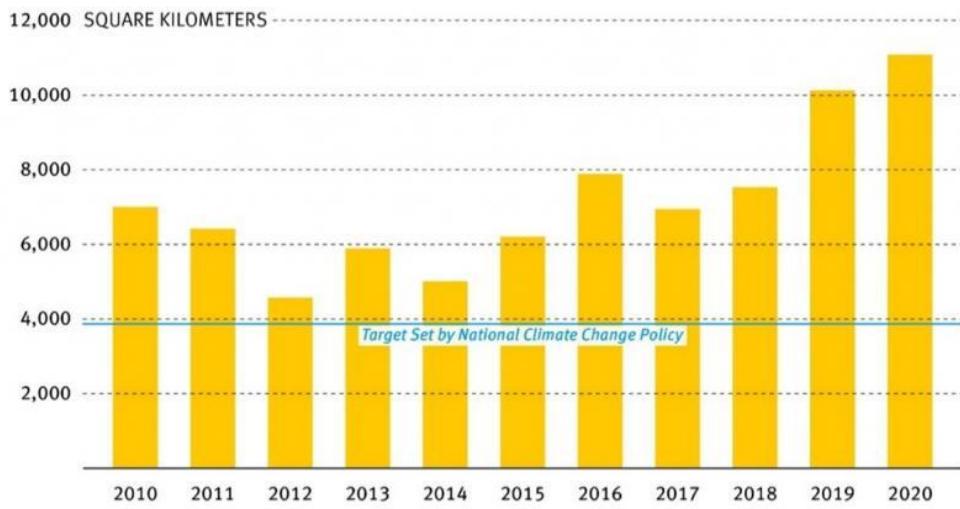
Com a perda de validade da Medida Provisória nº 910, de dezembro de 2019, dois novos projetos de lei foram apresentados. Conhecidos como “PLs da Grilagem”, o **PL 510/2021**, proposto ao Senado e o **PL 2633/2020**, apresentado à Câmara, permitem regularizar milhares de hectares desmatados ilegalmente na Amazônia, ao propor nova regularização fundiária, por alienação ou concessão de direito real de uso, das ocupações de áreas de domínio da União.²⁰ Também se encontra na Câmara o **PL 490/2021**, que permite que ao governo, unilateralmente, retirar a posse de povos indígenas áreas oficializadas há décadas e expõe as Terras Indígenas (TIs) para empreendimentos predatórios, como o garimpo.²¹

A crise socioambiental agrava-se. O Instituto Ipsos²² registrou em maio de 2021 que a pauta da preservação ambiental deveria ser uma prioridade para os governos – resposta de 85% dos entrevistados. A pesquisa ouviu participantes de 16 países, sendo 1.000 no Brasil. A mesma percentagem acredita que a destruição do meio ambiente está associada às mudanças climáticas e ameaças à saúde da população.

A ONG Internacional *Human Rights Watch*, no documento informativo que foi entregue ao enviado especial do presidente dos EUA para o clima, John Kerry, afirmou que “o desmatamento na Amazônia brasileira aumentou dramaticamente desde que o presidente Bolsonaro assumiu o cargo em 2019.”²³ Segundo a entidade, o aumento foi de mais de 30% durante o primeiro ano da administração Bolsonaro, com um adicional de 9,5% durante o segundo ano. Destacou-se ainda que 11.000 km² de floresta tropical foram

perdidos, quase o triplo da meta de 3.925 km² que o Brasil se comprometeu a atingir até 2020 como parte de sua Política Nacional de Mudança do Clima. Veja-se o quadro da deflorestação na Amazônia Legal:

Deforestation in the Legal Amazon, Brazil



Source: Brazil's National Space Research Agency (INPE) Deforestation of the Legal Amazon Satellite Monitoring Project (PRODES)

Fonte: <https://www.hrw.org/news/2021/03/11/crisis-brazilian-amazon>

O documento da *Human Rights Watch* também destacou o aumento do crime organizado na região, vitimando povos originários e ribeirinhos. A extração de madeira ilegal é viabilizada por uma vasta rede criminosa com capacidade logística para garantir o corte, o transporte e o comércio. Os envolvidos, em geral grandes fazendeiros, devastam a floresta para ampliar suas terras e introduzir o manejo do gado. Normalmente, ateiam fogo na vegetação remanescente ao corte da floresta.²⁴

A *Global Witness* destacou em seu monitoramento anual da situação de violência contra defensores de direitos humanos na floresta amazônica que, “em média, quatro defensores são mortos todas as semanas desde a criação do acordo climático de Paris, em dezembro de 2015. Além disso, inúmeros outros são silenciados por ataques violentos, detenções, ameaças de morte ou processos judiciais.”²⁵

Os abusos de direitos humanos e ambientais são causados pelos exploradores dos recursos naturais que se apoiam na corrupção do sistema político. Os registros mostram um padrão dos crimes contra comunidades indígenas que defendem seus territórios. As comunidades que cuidam das florestas, que contêm a emissão do carbono, são ameaçadas.

Segundo a *Global Witness*, o agronegócio, a mineração, o setor de petróleo e gás têm sido os maiores impulsionadores dos ataques contra defensores e defensoras da terra e do meio ambiente. A ação desses setores contribui fortemente para as mudanças climáticas por meio do desmatamento e do aumento das emissões de carbono.

Para monitoramento e proteção ambiental, o Estado brasileiro conta com o INPE e o IBAMA. Possui programas especiais como pesquisa e desenvolvimento tecnológico na área, como o Programa Queimadas, do INPE.²⁶ No entanto, essas instituições vêm sendo enfraquecidas e desmobilizadas no atual governo. Mesmo sabendo que a maior

parte do desmatamento é ilegal, os órgãos de vigilância reduziram o número de multas para extração ilegal de madeira e outras violações da lei ambiental, e não executaram multas que foram emitidas. O IBAMA emitia uma média de 16.000 multas por ano, em 2019, emitiu apenas 11.914. Em 2020, esse número caiu para 9.516, o menor em 20 anos e 40% abaixo da média. Conforme registros de uma fala pública, o presidente Bolsonaro celebrou a redução nas multas e prometeu que elas continuariam a ser reduzidas: “nos primeiros dois meses deste ano, tivemos o menor número de multas emitidas no campo e estas continuarão a diminuir”, disse ele em junho 2019, para completar que “acabaremos com esta excelente indústria.”²⁷

3.3. Processos de militarização e milicianização do Estado

O episódio envolvendo a participação do ex-ministro da Saúde, general da ativa Eduardo Pazuello, em um ato político com o presidente Jair Bolsonaro no Rio de Janeiro (contrariando as regras militares), em maio, e o posterior comunicado do Comandante do Exército de que “não restou caracterizada a prática de transgressão disciplinar” de Pazuello (na sequência impondo 100 anos de sigilo para o processo) despertou longo debate nacional sobre o papel da Forças Armadas no governo Bolsonaro.

Com mais de 6 mil militares em cargos no governo federal, segundo o Tribunal de Contas da União,²⁸ não resta dúvida do caráter militar do governo atual. A participação de militares das Forças Armadas na cena política brasileira nos últimos anos tem chamado a atenção.

Há pelo menos três hipóteses sobre o tema: (i) as Forças Armadas retomaram o poder através de Bolsonaro;²⁹ (ii) as Forças Armadas aparentemente apoiam Bolsonaro porque o presidente atende interesses corporativos das instituições militares;³⁰ e (iii) as Forças Armadas são instituições de Estado e não se envolvem com política partidária.³¹

Além da discussão sobre o papel das Forças Armadas junto ao governo Bolsonaro, há um debate público sobre as muitas tentativas de Bolsonaro de politização das polícias estaduais, principalmente das polícias militares.³² Some-se a esse debate a relação da família de Bolsonaro com milicianos (muitos deles policiais no exercício da atividade e ex-policiais).³³

O debate da relação do presidente e de grupos políticos a ele ligados com militares das Forças Armadas, policiais e milicianos tem sido objeto de grande preocupação de muitos setores da sociedade brasileira.³⁴ Esse debate pode ser incluso numa questão ainda mais ampla e complexa: a discussão sobre segurança pública no Brasil! Cabe registrar que a última reforma da polícia militar brasileira foi realizada em 1968, quando essas instituições foram subordinadas ao Exército.

A segurança pública, utilizada como política de segurança seletiva, foi um dos principais temas utilizados por Bolsonaro na sua campanha eleitoral e é uma das principais estratégias discursivas de seu governo. A mortandade de brasileiros nas ações e omissões do Estado no campo da segurança pública não são novidade. A rotina das polícias de matar suspeitos, por exemplo, se instalou há muito tempo no Brasil. Desde 1998, a polícia matou uma pessoa a cada 10 horas no estado do Rio de Janeiro, segundo informações do jornal *O Globo*.

Porém, há especificidades que chamam a atenção, como o ocorrido em Jacarezinho, em 6 de maio, com a morte de 29 pessoas pela polícia fluminense. Em primeiro lugar, o fato de a Polícia Civil daquele estado ter afrontado o Supremo Tribunal Federal, dado que está em vigor a Arguição de Descumprimento de Preceito Constitucional número 635, a chamada “ADPF das Favelas”, que proíbe operações policiais nas favelas do Rio de Janeiro durante a pandemia.

Como revelou a BBC Brasil, é sintomático o fato de perfis de blogueiros conservadores e políticos de direita ligados ao governo Jair Bolsonaro terem dominado o debate nas redes sociais sobre essa operação policial:

“um levantamento da Diretoria de Análise de Políticas Públicas da Fundação Getúlio Vargas (DAPP-FGV) apontou que, entre os dias 5 e 12 de maio, 57,5% das interações sobre segurança pública analisadas no Twitter foram realizadas por políticos de direita, jornalistas e blogueiros conservadores. Do total, 43,9% dos perfis pertencem a esse grupo. Já no Facebook foram analisadas as publicações feitas pelos perfis dos 594 parlamentares (513 deputados e 81 senadores). No período, foram postadas 787 publicações sobre o tema, por perfis de 253 parlamentares. As publicações somaram 3,7 milhões de interações. Desses, 494,4 mil foram reações, com destaque para reações de tristeza (27,6%), de raiva (25,6%) e risadas (24,2%). Já 170 publicações contiveram vídeos, que alcançaram 9,4 milhões de visualizações. Dos 15 parlamentares que mais tiveram engajamento no Facebook, 11 são apoiadores de Bolsonaro. Entre eles, os campeões de engajamento foram os deputados federais Carla Zambelli (SP) e Carlos Jordy (RJ), ambos do PSL.”³⁵

Segundo o jornalista Leonardo Sakamoto, o governo Bolsonaro atua para sabotar o trabalho dos mesmos policiais, aumentando a quantidade de armas em circulação, incluindo fuzis:

“o decreto de Jair Bolsonaro que altera as regras para porte e posse de armas de fogo e também para a aquisição de munição e armamento, tornou mais fácil a vida de milícias urbanas e rurais. (...) Ou seja, ajuda a trazer um verniz de legalidade para quem toca a morte como um negócio. (...) Milícias como essas têm sido acusadas de envolvimento nas mortes de trabalhadores e lideranças no campo. Mudanças também beneficiam milícias urbanas. Armas que eram de uso privativo de agentes de segurança passam a poder ser adquiridas pelo cidadão comum, como pistolas 9 mm (...) Ou seja, o mercado será inundado com munição anteriormente restrita a agentes de segurança – o que inclui aqueles que mudaram de lado e tornaram-se bandidos, os milicianos. Com mais projéteis em circulação e sem o anúncio de medidas específicas para identificá-los, torna-se mais difícil afirmar de onde eles saíram em futuras investigações.”³⁶

Dada a complexidade do tema que envolve por um lado a tentativa de monopólio do debate sobre segurança pública através de uma ótica marcada pelo confronto, militarização, excludente de ilicitude e armamento da população e, por outro, da participação das Forças Armadas, de policiais e de milicianos nas cercanias do governo Bolsonaro, este Grupo de Análise de Conjuntura procurará, noutra oportunidade, uma abordagem mais aprofundada desses temas. Porém, desde já, chama a atenção para a importância de se considerar, no cenário político que se delineia nos últimos tempos, essas questões.

Para demonstrar que a questão não é simples, mas muito grave, no último dia 8 de junho, a jovem grávida Kathleen Romeu, 24 anos, foi assassinada com uma bala perdida de fuzil, resultado de uma ação policial em Lins de Vasconcelos, na zona norte do Rio de Janeiro. Segundo dados do Instituto Fogo Cruzado, outras 15 grávidas³⁷ foram baleadas na Grande Rio. Esta mesma estatística aponta a morte de 10 bebês baleados ainda na barriga das mães. Apenas um sobreviveu. Infelizmente a banalização da violência é percebida na abordagem desse drama diário das balas perdidas e naturalizadas de forma criminosa e covarde.

3.4 O 29 de maio e suas implicações

No último dia 29 de maio de 2021, em manifestação nacional em 213 Cidades no Brasil, 14 cidades no exterior, cerca de 420 mil pessoas foram às ruas dizer “nenhum direito a menos, vacinas no braço, comida no prato”.

O ato pacífico e com todas as medidas sanitárias recomendadas, sofreu uma brutal e covarde repressão no Recife, onde Daniel Campelo, 51, e Jonas Correia de França, de 29 anos, foram atingidos nos olhos por “balas de borracha”. Ambos ficaram cegos de um olho. Quatro pessoas foram indevidamente detidas, outra foi ferida por balas de borracha e a Vereadora Liana Cirne foi alvo de uma agressão com spray de pimenta.

As imagens e vídeos foram manchete e destaque na cobertura da imprensa nacional e internacional, tornando os fatos ocorridos um ponto fora da curva em relação às manifestações. Várias entidades de direitos humanos, movimentos sociais e a própria Comissão Interamericana de Direitos Humanos manifestaram preocupação contra os atos de violência, por se tratar de um atentado à dignidade dos movimentos sociais³⁸ que, respeitando as medidas sanitárias (organizações distribuíram máscaras de alta qualidade, como PFF2 e N95, álcool e fila indiana por todo percurso), foram às ruas para pedir vacinas, em defesa do SUS e pela apuração dos crimes praticados pelo presidente Bolsonaro, evidenciados diariamente pela CPI da Covid-19.

A ordem constitucional garante o direito à livre manifestação pública, e na pandemia, os atos presenciais foram evitados para não aumentar a infecção do vírus, mas, o negacionismo no âmbito do governo federal impôs a defesa da dignidade humana. E, nesse sentido, profissionais da saúde, estudantes, movimentos populares, entidades de direitos humanos, entre tantos outros, presencialmente ou não, manifestaram-se para dizer um “Basta! Nenhum direito a menos”.

O governador do estado substituiu o Secretário da Secretaria de Defesa Social, bem como aceitou a renúncia do comandante da Polícia Militar de Pernambuco e há

notícias de afastamento de mais de 13 policiais do batalhão do choque. Foi instalado inquérito civil pelo Ministério Público, bem como o próprio governo investiga quem deu a ordem. Exige-se que sejam punidos os responsáveis pelos brutais atos contra os direitos de humanos.

A repressão aos movimentos sociais não foi vista em atos ilegais praticados durante toda a pandemia pelos apoiadores do negacionismo e que defendem, entre outras pautas, a intervenção militar no país, prática criminosa e inconstitucional. Evidencia-se uma preocupação sobre uma possível motivação política dos atos praticados contra os manifestantes. O que demonstra, caso seja comprovado, um comando paralelo aos programas e diretrizes do governo do Estado de Pernambuco.

4. A CPI DA COVID-19 E OUTROS TEMAS DA AGENDA DO CONGRESSO NACIONAL

Na CPI da Pandemia, no Senado, fica cada vez mais evidente que os depoentes e a “tropa de choque” bolsonarista não conseguem reproduzir “na vida real” o mundo paralelo das informações falsas e mentiras que sustentam boa parte dos apoiadores do governo, via engajamento nas redes sociais.

As eleições nacionais de 2022 já estão no radar do Congresso Nacional. Uma das pautas relevantes envolve a discussão sobre as regras eleitorais que irão orientar o pleito no próximo ano. Neste contexto, ressurge o debate sobre a impressão do voto depois da manifestação do eleitor na urna eletrônica, estimulada pela bancada governista. Esta proposta sofre forte oposição do Ministro Luiz Roberto Barroso, presidente do Tribunal Superior Eleitoral. O sistema de voto impresso aumenta significativamente a probabilidade de fraudes. Já o sistema eleitoral eletrônico é completamente protegido contra fraudes, conforme 17 anos de auditorias e perícias e nada foi identificado contra a segurança do sistema.³⁹

Além disso, existe também uma movimentação entre parlamentares, de diferentes partidos políticos, com o objetivo de flexibilizar a Lei da Ficha Limpa (Lei Complementar no. 135 de 2010), cujo teor impede que pessoas condenadas por órgão colegiado (a partir da segunda instância), nos crimes tipificados na lei, possam disputar cargos eletivos. É bom lembrar que a Lei da Ficha Limpa foi um projeto de lei de iniciativa popular, contando com ampla participação da sociedade por todo o país, com decisiva liderança do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE), rede de organizações da sociedade civil que tem a CNBB como uma das fundadoras.

O financiamento de campanhas eleitorais é outro tópico obrigatório na agenda do parlamento brasileiro. É conhecida a desigualdade de recursos disponíveis entre o(a)s candidato(a)s nas eleições majoritárias (presidente, governador e senador) e nos pleitos proporcionais (deputado estadual e deputado federal). Desigualdades de classe, racial, de gênero *etc.*, se manifestam no processo eleitoral no acesso aos recursos de campanha. Eleição começa a ser vencida ou perdida a partir da definição desta questão.

Mudanças no sistema eleitoral, entretanto, são mais difíceis de ocorrer. Adoção do chamado modelo tipo “distritão” (entram os candidatos mais votados independente do partido político) ou mesmo a introdução de cláusula de barreira, não devem ser aprovadas.

Estas propostas dividem a base governista e mesmo a oposição, para não falar do poder de voto dos médios e pequenos partidos políticos. Tudo indica que deve permanecer, nas eleições legislativas, o tradicional sistema proporcional de lista aberta, com a proibição das coligações partidárias, como aconteceu na eleição municipal do ano passado.

As regras eleitorais, válidas para as eleições nacionais de 2022, terão que ser aprovadas pelo Congresso Nacional até o início de outubro próximo, um ano antes do primeiro turno. O que exigirá, nos meses seguintes, mobilização dos atores políticos, e muita atenção do eleitorado e dos defensores de uma democracia mais representativa no país.

5. CONCLUSÃO: dialogando com Aparecida

A título de conclusão, diante da realidade analisada e dos seus primeiros destinatários, recordamos dois aspectos fundamentais da presença da Igreja na sociedade, já constatados pelo episcopado no Documento de Aparecida. O primeiro é a confiança e a credibilidade da Igreja, corroborada por recente pesquisa.⁴⁰ O segundo é a necessidade do comprometimento da Igreja na defesa da democracia e o consequente repúdio de ameaças autoritárias ao Estado Democrático de Direito.

A Igreja, “com sua voz, unida à de outras instituições nacionais e mundiais, tem ajudado a dar orientações prudentes e a promover a justiça, os direitos humanos e a reconciliação dos povos. Isso tem permitido que a Igreja seja reconhecida socialmente em muitas ocasiões como instância de confiança e credibilidade”.⁴¹ Nessa linha, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil-CNBB, assumiu que “não podemos nos calar quando a vida é ameaçada, os direitos desrespeitados, a justiça corrompida e a violência instaurada. Se, por este motivo, formos perseguidos, nos configuraremos a Jesus Cristo, vivendo a bem-aventurança da perseguição (Mt 5,11)”.⁴²

Além disso, “compete também à Igreja colaborar na consolidação das frágeis democracias, no positivo processo de democratização na América Latina e no Caribe, ainda que existam atualmente desafios e ameaças de desvios autoritários. Urge educar para a paz, dar seriedade e credibilidade à continuidade de nossas instituições civis, defender e promover os direitos humanos, proteger em especial a liberdade religiosa e cooperar para despertar os maiores consensos nacionais” (DAp. 541).

Que a Igreja possa continuar respondendo com coragem e determinação as exigências do momento que atravessamos.⁴³

NOTAS

¹ Participaram da elaboração deste texto: Dom Francisco Lima Soares – Bispo de Carolina – MA, Pe. Paulo Renato Campos – Assessor de Política da CNBB, Pe. Thierry Linard de Guerchin – Centro Cultural de Brasília – CCB/OLMA, Antonio Carlos A. Lobão – PUC/Campinas, Francisco Botelho – CBJP, Gustavo Inácio de Moraes – PUC/Rio Grande do Sul, Manoel S. Moraes de Almeida – Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP, Marcel Guedes Leite – PUC/São Paulo, Robson Sávio Reis Souza – PUC/Minas, Tânia Bacelar – UFPE, Maria Lucia Fattorelli – Auditoria Cidadã da Dívida, Melillo Dinis do Nascimento – Inteligência Política (IP), Ricardo Ismael – PUC/RJ. É um serviço para a CNBB. Não representa, contudo, a opinião da Conferência.

² OCDE. <https://ourworldindata.org/government-spending#total-government-spending>. Acesso em: 16 maio 2021.

³ DARDOT, P.; LAVAL, C. *A Nova Razão do Mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. SP: Boitempo. 2016.

⁴ SOUZA, Pedro H.G. de. *Uma História da Desigualdade: Concentração de Renda entre os Ricos no Brasil 1926-2013*. São Paulo, Hucitec, ANPOCS, 2018. Prêmio ANPOCS 2017.

⁵ <https://cps.fgv.br/qual-faixa-de-renda-familiar-das-classes>

⁶ <https://bit.ly/3cDQuxO>

7 <https://bit.ly/3wfY3mD>8 <https://bit.ly/2RIWYen>9 <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7916130&ts=1604454662505&disposition=inline>10 <https://bit.ly/3wyxqKC>11 <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/ref>

12

Capítulo 2 – Temas selecionados

Tabela 2.1.3.2 - Medidas para salvaguardar a estabilidade financeira

Fonte: Banco Central do Brasil

| Medida | Potencial | Implementado |
|---|----------------|-----------------|
| Liberação de liquidez | | |
| Compulsório + Liquidez de curto-prazo (LCR) | R\$ 1.274 bi | R\$ 352,5 bi |
| Liberação de adicional de compulsório | R\$ 135 bi | R\$ 135 bi |
| Flexibilização de LCA | R\$ 70 bi | R\$ 70 bi |
| Empréstimo com lastro em LF garantidas | R\$ 2,2 bi | R\$ 2,2 bi |
| Compromissadas com títulos soberanos brasileiros | R\$ 670 bi | R\$ 54,9 bi |
| Novo DPGE | R\$ 50 bi | R\$ 23,2 bi |
| Empréstimo com lastro em debêntures + compulsório para funding de recompra de LF | R\$ 200 bi | R\$ 19 bi |
| Alteração no cumprimento do compulsório de poupança | R\$ 91 bi | R\$ 3 bi |
| Liberação de capital | R\$ 55,8 bi | R\$ 45,2 bi |
| Overhedge | R\$ 1.348,2 bi | R\$ 1.218,15 bi |
| Redução do ACCPBrasil | R\$ 520 bi | R\$ 520 bi |
| Redução do requerimento de capital para operações de crédito a pequenas e médias empresas | R\$ 637 bi | R\$ 637 bi |
| Redução do requerimento de capital das instituições de pequeno porte | R\$ 35 bi | R\$ 35 bi |
| Redução do requerimento de capital nas exposições de DPGE | R\$ 16,5 bi | R\$ 16,5 bi |
| Otimização do capital (CGPE) | R\$ 12,7 bi | R\$ 1,95 bi |
| Dispensa de provisionamento por repactuação | R\$ 127 bi | R\$ 7,7 bi |
| Compra de ativos no mercado secundário | R\$ 3.200 bi* | R\$ 889,8 bi |
| Outras medidas | N.D. | - |
| Linha de swap de dólar com Fed | US\$ 60 bi | 0 |
| Criação de linha de crédito especial para PMEs (PESE) | R\$ 40 bi | R\$ 6,3 bi |
| Imóvel como garantia de mais de um empréstimo | R\$ 60 bi | - |

13

* Crédito potencialmente beneficiado pela medida.

¹³ <https://bit.ly/3fxvbiU>

¹⁴ Fonte: Diversas declarações de Paulo Guedes (por exemplo as disponíveis em <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2020/04/05/guedes-reconhece-que-dinheiro-esta-empocado-nos-bancos-e-sinaliza-mais-medidas.htm> e <https://epocanegocios.globo.com/Brasil/noticia/2020/04/recursos-liberados-bancos-para-ampliar-o-credito-estao-empossados-no-sistema-financeiro-diz-guedes.html>) e inúmeras notícias de empresários e associações representativas de empresários (por exemplo as disponíveis em <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/03/26/coronavirus-juros-alta-prazo-corte-linha-credito-antecipacao-recebivel.htm> e <https://recontaai.com.br/o-erro-e-prometer-e-nao-cumprir-diz-sindicato-sobre-falta-de-credito-a-empresas/>), entre várias outras notícias citadas em <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/novela-capitulo-2-assalto-aos-cofres-publicos/>.

-
- ¹⁵ <https://bit.ly/33SJG9>
- ¹⁶ SIQUEIRA, Josafá Carlos de. *Laudato Si": um presente para o planeta*. Rio de Janeiro, Ed. PUC-Rio, 2016. p. 42.
- ¹⁷ <https://cpisp.org.br/senadores-se-manifestam-contra-a-pec-215-que-ameaca-povos-indigenas-e-quilombolas/>
- ¹⁸ <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/projeto-aprovado-na-camara-abre-brecha-para-novos-crimes-como-brumadinho-mg>
- ¹⁹ <https://www.ecodebate.com.br/2021/05/26/pl-3729-o-fim-do-licenciamento-ambiental/>
- ²⁰ <https://www.climatepolicyinitiative.org/pt-br/publication/comentarios-ao-novo-substitutivo-do-pl-no-2633-2020-que-altera-as-regras-de-regularizacao-fundiaria/>
- ²¹ <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/projeto-que-na-pratica-acaba-com-demarcacoes-pode-ser-votado-nesta-quarta-na-camara>
- ²² Disponível em: <https://www.ipso.com/pt-br/para-85-dos-brasileiros-roteiro-do-meio-ambiente-dever-ser-prioridade-na-retomada-pos-pandemia>. Acesso em: 19 maio 2021.
- ²³ Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2021/03/11/crisis-brazilian-amazon>. Acesso em: 19 maio 2021.
- ²⁴ Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2021/03/11/crisis-brazilian-amazon>. Acesso em: 18 maio 2021.
- ²⁵ Disponível em: <https://www.globalwitness.org/pt/global-witness-records-the-highest-number-of-land-and-environmental-activists-murdered-in-one-year-with-the-link-to-accelerating-climate-change-of-increasing-concern-pt/>. Acesso em 18 maio 2021.
- ²⁶ Disponível em: <https://queimadas.dgi.inpe.br/queimadas/portal>. Acesso em: 18 maio 2021.
- ²⁷ Cf. Sabrina Rodrigues, "Bolsonaro: 'O homem do campo não pode se apavorar com a fiscalização do Ibama," O eco, 12 de junho de 2019, <https://www.oeco.org.br/blogs/salada-verde / bolsonaro-o-homem-do-campo-nao-pode-se-apavorar-com-a-fiscalizacao-do-ibama /> Acesso em: 26 maio 2021.
- ²⁸ Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2020-jul-17/mil-militares-exercem-funcoes-civis-governo-federal>. Acesso em 13jun2021.
- ²⁹ <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57447334>. Acessado em 13jun2021.
- ³⁰ <https://www.brasildefato.com.br/2021/05/23/presenca-militar-no-governo-bolsonaro-e-corporativista-e-sem-projeto-diz-pesquisador>. Acesso em: 13 jun. 2021.
- ³¹ <https://www.correiobrasiliense.com.br/politica/2021/03/4915096-forcas-armadas-nao-sao-parasustentacao-politica-affirma-santos-cruz.html>. Acesso em: 13 jun. 2021.
- ³² <https://www1.folha.uol.com.br/podcasts/2021/04/a-politicacao-das-pms-e-o-alinhamento-com-o-bolsonarismo-ouca-podcast.shtml>. Acesso em: 13 jun. 2021.
- ³³ <https://www.dw.com/pt-br/liga%C3%A7%C3%A3o-de-bolsonaro-com-mil%C3%ADcias-%C3%A9-uma-de-tudo-ide%C3%B3logica-a-55187655>. Acesso em: 13 jun. 2021.
- ³⁴ <https://www.ecodebate.com.br/2021/05/08/pms-milicias-e-governo-bolsonaro-uma-relacao-de-apoio-e-favores/>. Acesso em: 13 jun. 2021.
- ³⁵ "Jacarezinho: políticos ligados a Bolsonaro dominaram debates nas redes sociais, mostra pesquisa". Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57123095>. Acesso em: 18 maio 2021.
- ³⁶ "Decreto pro-armas de Jair Bolsonaro beneficia milícias rurais e urbanas". Veja em: <https://blogdosakamoto.blogosfera.uol.com.br/2019/05/10/decreto-pro-armas-de-bolsonaro-beneficia-milicias-rurais-e-urbanas/>. Acesso em: 18 maio 2021
- ³⁷ <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-06-09/kathlen-e-seu-bebe-mais-duas-vidas-negras-interrompidas-no-brasil.html>. Acesso em: 14 jun. 2021.
- ³⁸ https://www.instagram.com/p/CPto9BTLYte/?utm_medium=share_sheet. Acesso em: 13 jun. 2021.
- ³⁹ <https://www.tse.jus.br/eleicoes/urna-eletronica/seguranca>. Acesso em: 13 jun. 2021
- ⁴⁰ Pesquisa XP/IPESPE.
- ⁴¹ Documento de Aparecida, 98.
- ⁴² CNBB, *Mensagem ao Povo de Deus*, 19 de abril em 2018.